

**DIVERSIDAD SOCIAL:
TENTATIVAS DE GOBERNABILIDAD ENTRE LAS DIFERENCIAS**

Autor: Antônio Carlos do Nascimento Osório*

Pertenencia institucional: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

E-mail: antonio.osorio@ufms.br

RESUMEN:

Discutir los derechos de una sociedad no es reciente, acompaña las diferentes transformaciones sociales a lo largo de la historia de la humanidad, poniendo en discusión en la actualidad la valoración de las diferencias, en nombre de una perspectiva de inclusión. Este trabajo es resultado de proyectos de investigación, además de informes de tesis de maestría y doctorado, bien como parte de las discusiones del Grupo de Estudos Acadêmicos nos Referenciais Foucaultianos (GEIARF), por cuenta de los temas en desarrollo o concluidos sobre la homosexualidad, homofobia, sexualidad, violencia escolar, falta de salud de los profesores, fracaso escolar, renuncia de la carrera de magisterio y discapacidad, en que centralidad ocurrió a partir de diferentes comprensiones empírico-analíticas, bajo la tutela de los presupuestos teóricos y metodológicos de Michel Foucault. En común los dispositivos normalizadores frente a la diversidad social que envuelven las temáticas, admitiendo como loco “la institucionalidad”, en el orden de los discursos. Los resultados apuntan para un conjunto de imprecisiones y contradicciones presentes en los archivos consultados, además de las prácticas sociales segregativas en la sociedad, en que las diferencias ganan características de anormalidad, dificultando las expectativas de mudanzas, pues las propuestas de gobernabilidad de las políticas y programas volcados en la inclusión social, se alinean a una razón política por la racionalidad posible, en el ejercicio de sus límites de los prejuicios vigentes en la sociedad, reforzando así el principio de la exclusión social.

Palabras clave: Diversidad Social, Razón Política y Gobernabilidad.

**DIVERSIDADE SOCIAL:
TENTATIVAS DE GOVERNABILIDADE ENTRE AS DIFERENÇAS**

Antônio Carlos do Nascimento Osório
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
antonio.osorio@ufms.br

Resumo:

Discutir direitos na sociedade não é recente, acompanha as diferentes transformações sociais ao longo da história da humanidade, colocando em pauta na atualidade a valorização das diferenças, em nome de uma perspectiva da inclusão. Este trabalho é resultado de projetos de pesquisas, agregando relatórios de dissertação e teses, bem como pauta parte das discussões do Grupo de Estudos Acadêmicos nos Referenciais Foucaultianos (GEIARF), por conta dos temas em estudos

II JORNADAS INTERNACIONALES “SOCIEDADES CONTEMPORÂNEAS, SUBJETIVIDADE Y EDUCACIÓN”

9, 10 y 11 de abril de 2014

ISBN 978-987-3617-11-9

ou concluídos sobre a homossexualidade, homofobia, sexualidade, violência escolar, falta de saúde dos professores, fracasso escolar, desistência da carreira do magistério e deficiência, em que centralidade ocorreu a partir de diferentes compreensões empírico-analíticas, tendo como tutela os pressupostos teóricos e metodológicos de Michel Foucault. Em comum os dispositivos normalizadores frente a diversidade social que envolvem as temáticas, tendo como *loco* “a institucionalidade”, na ordem dos discursos. Os resultados apontam para um conjunto de imprecisões e contradições presentes nos arquivos consultados, além das práticas sociais segregativas na sociedade, em que as diferenças ganham características de anormalidade, dificultando as expectativas de mudanças, pois a propostas de governabilidade das políticas e programas voltados para inclusão social, se alinham a uma razão política pela racionalidade possível, no exercício de seus limites dos preconceitos vigentes na sociedade, reforçando assim o princípio da exclusão social.

Palavras-Chave: Diversidade Social, Razão Política e Governabilidade.

Este texto encaminha algumas reflexões para uma possível resposta à questão fundamental para todos que atuam de diferentes formas, nas temáticas relacionadas às diferenças sociais e alguns fenômenos que demarcam a sociedade contemporânea relacionados a escolarização. Em comum, o paradoxo da inclusão, tendo em vista os mesmos direitos e as possibilidades de igualdades entre as diferenças.

Neste sentido os discursos sobre a inclusão surgem como uma forma de apaziguamento dos conflitos entre o Estado e a população, dando espaço para um conjunto de indagações, entre elas o que é ou seria uma inclusão frente a uma estrutura capitalista que se organiza pelas diferentes formas de segregação e o papel das instituições?

As possibilidades de responder essa indagação só são possíveis, por meio de um conjunto de questionamentos das condições históricas e sociais, em que as diferenças vêm sendo submetidas, como formas de controle, de disciplinamento pelas práticas sociais, impondo uma “organização” institucional por facções, deturpando princípios e regras de suas finalidades e propósitos, entre elas a própria negação da razão de existir as diferenças.

A riqueza dessa constatação é imensa quando dimensionada no fenômeno social sobre a história da sociedade e envolve a mesma complexidade quando se discute a educação, a saúde, a segurança, a alimentação, a moradia, o salário, o emprego. Em se tratando da diversidade pela inclusão, quando lidam com aspectos centrados na organização social, trazem consigo conflitos e contradições presentes nesses contextos, reproduzindo, da mesma forma, diferentes estratégias e

II JORNADAS INTERNACIONALES “SOCIEDADES CONTEMPORÁNEAS, SUBJETIVIDAD Y EDUCACIÓN”

9, 10 y 11 de abril de 2014

ISBN 978-987-3617-11-9

mecanismos de controles, tudo em nome de um construir e de mudanças de comportamentos dos indivíduos, convergindo para o que a sociedade denomina de igualitária, mais justa e dos mesmos direitos para todos.

Isso justifica, na atualidade, o reforço constante de valorização das diferenças sociais, os discursos semeados em nome de “todos e para todos”, as políticas qualificadas como afirmativas, reforçando assistência como um mecanismo eficiente de controle político, seja pelo Estado ou pelos próprios movimentos sociais, em que as estratégias disciplinadoras e propagadoras de condicionantes sociais e culturais, de forma que apaziguem, não solucionem os conflitos presentes entre os diferentes segmentos sociais.

Michel Foucault na “História da sexualidade III” (1985, p. 346) a adverte que a questão fundamental é “[...] saber como os homens se governam (eles próprios e os outros) através da produção de verdade [...]”. Para isso, fornece elementos para explicar o sentido das novas bases do conceito de governamentalidade como:

[...] o conjunto constituído pelas instituições, procedimentos, análises e reflexões, cálculos e táticas que permite exercer esta forma bastante específica e complexa de poder, que tem por alvo a população, por forma principal de saber a economia política e por instrumentos técnicos essenciais os dispositivos de segurança.

Isso deu abertura a varias tendências e diferentes modelos de poder, sustando concepções partidárias ideológicas, de Estado, de políticas e das instituições, conduzindo incessantemente para um novo formato de se denominar o governo, sobre todos os outros - soberania, disciplina, entre outros, criando e reconfigurando o desenvolvimento de uma série de aparelhos específicos de governo e de um conjunto de saberes retomando o Estado de justiça, o Estado administrativo, exigindo pouco a pouco ser governamentabilizado. (Foucault, 1986).

Recuperar essas afirmações significa fazer um exercício denominado arqueogenealogia, ampliando o território de reflexão não só filosófica ou política, até então limitado ao universo da razão pura, aproximando, na medida do possível, o desejo (as lutas para mudanças) e seus desdobramentos (limite de suas operatividades), colocando, assim, a esfera da subjetividade como ponto de partida de todas as relações do indivíduo e da própria sociedade.

Com isso, indiscutivelmente, o corte ocorre a partir das superestruturas, que se redistribuem em diferentes compreensões teóricas e empíricas, mas por si só não são suficientes

II JORNADAS INTERNACIONALES “SOCIEDADES CONTEMPORÂNEAS, SUBJETIVIDADE Y EDUCACIÓN”

9, 10 y 11 de abril de 2014

ISBN 978-987-3617-11-9

em explicitarem outros elementos, como às práticas sociais, os saberes e as normatizações, enfim as regulamentações, a governabilidade e outros dispositivos culturais, mas essencialmente a vida, o preconceito as diferenças.

Essa atitude de buscar novos objetos e outros significados nos mesmos fatos sociais caracteriza-se por não mais se ater, no plano epistemológico, às fronteiras dos vários campos do saber, seus limites e determinações, conforme estabeleceu a epistemologia kantiana ou aquelas de caráter de ruptura desse modelo que continuam com as mesmas estratégias conservadoras de um olhar tradicional destes mesmos modelos, ou mesmo fazendo previsões de um futuro.

Sem sombra de dúvidas, estamos diante de possibilidades de olhar em diferentes ângulos os fatos social, preocupada em dar novas explicações, buscar novos elementos, deixando de serem latentes e passam a ser determinantes nos fenômenos sociais. Segundo Foucault (1996, p. 53), essa possibilidade de reencontrar os mesmos registros históricos e descobrir novos significados leva a uma atitude marcada por “[...] inquietações de sentir sob essa atividade cotidiana e cinzenta poderes e perigos que mal se imagina; inquietações de supor lutas, vitórias, ferimentos, dominações e servidões [...]”.

Com isso, os propósitos aqui destacados apresentam características peculiares que lhe conferem uma natureza algo heterodoxa. Falar de inclusão das diferenças é traduzir angústias e insatisfações de toda ordem, de maior ou menor relevância, dependendo do grau de constrangimento imposto por barreiras instituídas pela configuração de diferentes práticas sociais e pela formação cultural dos segmentos que constroem suas relações, enquanto sujeitos ou objetos de suas próprias histórias. Esse princípio permite afirmar que a inclusão só pode ser entendida pelo seu contraponto, pela exclusão social, no que esconde sua intencionalidade discursiva.

Esse é um dos temas incômodos, embora tenhamos como locus de pesquisa, há mais de dez anos – a diversidade, a partir da estruturação econômica do modelo capitalista (neoliberalismo) vigente nas sociedades ditas modernas, por meio do processo de desnacionalização, em que a regra passa a ser a concentração do capital por pequenos grupos. Na verdade, dois grupos são instituídos: os que detêm o poder (capital e o controle do direito) e os submetidos aos flagelos gerados por esse poder (a maioria da população – agrupada por anomalias, desvio ou distorção).

II JORNADAS INTERNACIONALES “SOCIEDADES CONTEMPORÂNEAS, SUBJETIVIDAD Y EDUCACIÓN”

9, 10 y 11 de abril de 2014

ISBN 978-987-3617-11-9

Foucault (1978, p. 6-7) explica que:

Desaparecida a lepra, apagado (ou quase) o leproso da memória, essas estruturas permanecerão. Frequentemente nos mesmos locais, os jogos da exclusão serão retomados, estranhamente semelhantes aos primeiros, dois ou três séculos mais tarde. Pobres, vagabundos, presidiários e ‘cabeças alienadas’ assumirão o papel abandonado pelo lazarento [...] Com um sentido inteiramente novo, e numa cultura bem diferente, as formas subsistirão.

Prova disso, são os rearranjos do sistema capitalista, que sem pudor, sem regras, tem como estratégia a segregação, num exercício constante de preconceitos, referendando a coação e a discriminação social. Isso demonstra que a inclusão, até aqui adotada nas regulamentações normativas, dificilmente será exercitada nas práticas culturais, pois a lógica do capital se dá para poucos, exigindo sempre estratégias por diferentes formas de isolamentos da maioria da população.

Hoje, declarado o fim da onda ideológica do neoliberalismo, que dominou o mundo durante 30 anos no quadro da hegemonia dos E.E.U.U., teve como premissa a estratégia reacionária que visou reformar o capitalismo global para fazer voltar aos tempos do capitalismo liberal do século XIX, estabelecendo a contradição com os avanços políticos e institucionais, transformando-se o Estado liberal (século XIX no Estado democrático e social da segunda metade do século XX), evidenciado recentemente pelo socorro aos bancos americanos e as manifestações populares, em vários países atingidos pelo aumento e escassez de postos de trabalhos/empregabilidade, alimentos e outros serviços públicos.

Por outro lado, deve-se entender o poder e seus desdobramentos de miserabilidade humana, neste caso, como uma estratégia e um conjunto de mecanismos, cujos efeitos de dominação não sejam atribuídos a uma apropriação. Foucault (1977, p. 29) explica a necessidade:

[...] de se admitir que esse poder se exerce mais do que possui, que não é privilégio adquirido ou conservado da classe dominante, mas o efeito conjunto de suas posições estratégicas – efeito manifestado e às vezes reconduzido pela posição dos que são dominados.

Falar de uma possível inclusão é provocar, numa dimensão contextual, uma insurreição “[...] sobretudo e acima de tudo contra os efeitos centralizadores de poder que são vinculados à instituição e ao funcionamento de um discurso científico no interior de uma sociedade como a nossa.” (Foucault, 2002, p. 14).

II JORNADAS INTERNACIONALES “SOCIEDADES CONTEMPORÂNEAS, SUBJETIVIDAD Y EDUCACIÓN”

9, 10 y 11 de abril de 2014

ISBN 978-987-3617-11-9

Em função das complexidades e das diferentes dimensões que envolvem distintas leituras e suas operatividades, a diversidade na perspectiva de inclusão, se configura no interior de processos contraditórios e, por isso, conflitantes, que só podem ser compreendidos no contraponto desse discurso, pela forma mais marginal da organização humana, as sociedades restritivas, explicitadas e compreendidas de uma forma mais apurada e transparente, em suas manifestações nas práticas culturais, com suas respectivas significações e conseqüentes determinações, como uma figura original do poder, articulado por técnicas específicas de saber, de controle e de coerção.

Isso instituiu, nos últimos anos, o paradoxo da inclusão. Numa primeira ordem, há a sedução do discurso de igualdade, de direito, de diversidade como *locus* e respeito às diferenças, independente de sexo, raça, credo religioso, idade ou deficiência; numa segunda ordem (contraponto), verdadeira em sua materialidade em suas relações no cotidiano, enquanto fato social, instigando a seguinte interrogação: até que ponto esses mesmos indivíduos representados por diferentes grupos sociais participam da economia, da política, da educação, da saúde e das demais decisões representativas que envolvem toda a sociedade?

No caso brasileiro, há uma terceira ordem, a herança histórica das desigualdades regionais¹, que explicitam um conjunto de outros elementos que, quando analisados, reforçam a marginalidade social e dão vida a outros mecanismos seletivos. Em pauta os interesses coletivos como um todo. É necessário examinar em que medida essas manifestações culturais trazem noções de verdade e de justiça nas relações entre os homens e entre os diferentes grupos sociais. Um número significativo desses preceitos e talvez o mais importante é o seu alcance e a sua permanência quando se reveste de “mesmos direitos” ou “direitos iguais para todos”.

Foucault (2000, p. 65) alerta para a necessidade de se apropriar esses domínios distintos de análise, como um tipo de abordagem a cada um, a arqueologia do saber (os sistemas de conhecimento), a genealogia do poder² e as relações do sujeito consigo, a partir de uma ética e de uma peculiar estética (pessoal). “O sujeito não é uma substância. É uma forma e essa forma não é sempre, nem em todas as partes, idênticas a si mesmas, é precisamente a constituição histórica dessas formas diferentes do sujeito na relação com o jogo de verdade” (Foucault, 1994, p. 56).

Esse exercício só foi possível por meio de alguns pressupostos de Foucault (1994), especificamente aqueles os quais desenvolve “a crítica da razão política”, explicitando três tipos

II JORNADAS INTERNACIONALES “SOCIEDADES CONTEMPORÁNEAS, SUBJETIVIDAD Y EDUCACIÓN”

9, 10 y 11 de abril de 2014

ISBN 978-987-3617-11-9

de discursos, que neste momento, cabe destacar o “discurso individualizante liberal”, que define o indivíduo a partir de seus interesses e direitos, como puro limite de ação do Estado. O indivíduo é integrante da história do Estado e é produto das técnicas de controles individualizantes do “governo” – o discurso da inclusão. Quanto ao “discurso libertário”, o segundo, o autor afirma que não há exterioridade em relação ao poder, porém sempre se está preso, vigiado, controlado por diferentes formas de poder, implicado num jogo, o que não significa ser prisioneiro.

Contraditórios, ambíguos e subjetivos, os discursos que visam a inclusão da diversidade (políticas afirmativas) trazem em sua latência a “superação” como uma estratégia de apaziguamento dos conflitos latentes no tecido social, fruto das estratégias neoliberais, em tentativas localizadas de categorização (pela institucionalidade) que se enunciam nas mais diferentes ordens, como inclusão social, inclusão escolar, inclusão na saúde, inclusão das inclusões, carregados pelas possibilidades “utópicas e subjetivas” de igualdades dos mesmos direitos, tentando interromper os ciclos constantes agrupados pelas diferenças na história da humanidade, a exclusão. São tentativas de superação aos preconceitos, presentes ou ausentes, mas determinantes ao longo da história das diferentes sociedades.

O pensado, o dito, o escrito e o silenciado sobre a inclusão se caracterizam por apresentarem duas faces, uma individualizante e outra totalizante, é a vigília dos mecanismos e da racionalidade à qual obedecem historicamente definidos, a partir das relações de poder institucionalizadas. Essa racionalidade, segundo Foucault (1994), teve sua origem na idéia cristã de um poder pastoral encarregado da proteção aos indivíduos, como um rebanho conduzido com paciência e firmeza guardadas dos inimigos naturais, garantindo, assim, sua sobrevivência, em direção à salvação.

A origem do existir em sociedade foi o elemento de garantia da espécie humana que ocorreu também pela necessidade de mercado, segurança e aprimoramento das relações técnicas de produção e um conjunto de outros interesses institucionalizados ou não, dando origem a outras tantas relações individuais e coletivas. Nos dias de hoje temos as facções, grupos que se organizam por interesses pontuais e momentâneos, estabelecendo as estruturas sociais provisórias, como dos marcos destas relações constituídas de poderes que se unem a partir de princípios enunciados “de interesses comuns”, embora provisórios.

II JORNADAS INTERNACIONALES “SOCIEDADES CONTEMPORÂNEAS, SUBJETIVIDAD Y EDUCACIÓN”

9, 10 y 11 de abril de 2014

ISBN 978-987-3617-11-9

É a existência material das práticas sociais configuradas por meio desses diferentes processos de elaborações que instituem a organicidade e os limites do poder no interior das diferentes relações, criando mecanismos, de forma individual ou coletiva, com bases alicerçadas em diferentes interesses, nos quais o Homem se vincula pela sua particularidade individual, seja ela de origem religiosa, política, econômica ou social mapeando, na medida do possível, a compreensão cultural de sua realidade.

Esses são os meios de prover a própria sobrevivência, independente de suas vontades e interesses, cujo processo de construção material não se esgota. O Homem vive numa dinâmica de concessões permanentes, do meio para com ele e vice-versa. Em cena, o “jogo de poderes”. Os homens se aproximam uns dos outros para exercer seus domínios sobre determinados homens, grupos sociais e a própria sociedade, num processo de sedução constante que se dimensiona, por meio das práticas sociais, discursivas ou não, estabelecendo diferentes mecanismos de controle, nas dimensões mais variadas possíveis: entre os homens, entre as instituições como a família, as igrejas, as escolas, os partidos políticos, os sindicatos e outras agremiações.

O Estado, enquanto gestor social toma para si a postura de dominação, pois parte de uma relação em que os discursos vinculados assumem um determinado atributo numa variante entre o positivo (o permitido) ou o negativo (a penalidade), ostentando, assim, características de verdadeiro e capaz de desempenhar as exigências dos padrões toleráveis da cultura dominante como processo de mediação social, criando todo um aparato normativo, como leis, valores e regras necessários a uma governabilidade mínima, pensada a partir dos conflitos sociais.

Isso fragiliza a sociedade e a deixa a mercê de diferentes formas de controle sociais, passando a ser fruto de diferentes tecnologias de governo que, na atualidade, é representado pelo liberalismo, como uma prática original de exercitar o poder, ligada, em seu funcionamento, à preocupação em si mesma, por meio da pseudo-autocrítica permanente, representada pelo conjunto de políticas afirmativas instituídas, que não solucionam os problemas sociais, mas adiam a solução, apaziguando temporariamente os conflitos e as próprias contradições sociais.

Na macroestrutura, a idéia do Estado de bem-estar social, se vincula ao fortalecimento autoritário e arbitrário da própria razão de Estado (aparece no século XVI), em intervir na vida de cada cidadão, aumentando seu controle, pela normatização, de maneira minuciosa e metódica,

II JORNADAS INTERNACIONALES “SOCIEDADES CONTEMPORÂNEAS, SUBJETIVIDAD Y EDUCACIÓN”

9, 10 y 11 de abril de 2014

ISBN 978-987-3617-11-9

tendo como resultado a segregação, a marginalização, o castigo dimensionado de diferentes formas nos grupos sócias e em cada indivíduo.

Ganha corpo, em debates ainda distantes de uma inclusão social, no interior e em torno de diferentes problemas de quem pensa, de quem busca, de quem regulamenta uma possível, e tão almeja estratégia dos mesmos direitos e igualdades. Sem lhe retirar esse estatuto impreciso, cumpre explicitar os termos gerais em que a discussão tem decorrido num exercício de confrontos de valores e regras impostas, cujo *locus* tem sido as práticas culturais e sociais, em seus desdobramentos operativos nas diferentes relações na fragmentação da sociedade, provocam saturações do modelo marginalizador de viver numa sociedade segregadora, partilhada, estilhaçada.

Em função desses e de outros aspectos, as políticas afirmativas visando pontualmente grupos sociais, pensada pelo Estado, insere-se num conjunto das relações postas por um papel de instrumento de reprodução e exclusão social, cuja função não é a solução de problemas e sim a vigilância, mas, por outro lado, ela atente parcialmente às necessidades sociais básicas de sobrevivência, valor que não lhe é atribuído culturalmente, mas cobrada constantemente. Essa é a busca à inclusão.

Mesmo assim, o movimento pela inclusão, parte de dois aspectos contraditórios. Um, de ordem contextual, fundamenta-se em pressupostos de que reconhece e valoriza a diversidade, como característica inerente à constituição de qualquer sociedade, valorizando princípios éticos, no cenário dos direitos humanos, sinalizando a necessidade de se garantir o acesso e a participação de todos, a todas as oportunidades, independente das peculiaridades. Outro, o atendimento a precariedade social construída às margens das necessidades. Ela funciona e "funciona bem", o que é “falso”. Em verdade, ela se localiza num esquema de vigília dos valores dominantes na sociedade, nas relações de poder os quais se definem a quem se destina e o que é necessário e importante para cada agrupo, incluindo para melhor excluir.

REFERÊNCIAS

FOUCAULT, M. (1978). *História da loucura na idade clássica*. Trad. José Teixeira Coelho Netto. São Paulo: Perspectiva.

II JORNADAS INTERNACIONALES “SOCIEDADES CONTEMPORÁNEAS, SUBJETIVIDAD Y EDUCACIÓN”

9, 10 y 11 de abril de 2014

ISBN 978-987-3617-11-9

FOUCAULT, M. (1985). *História da sexualidade, 3: O cuidado de si*. Trad. de Maria Thereza da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal.

FOUCAULT, M. (1986). *Vigiar e punir: Nascimento da prisão*. Trad. Lígia M. Ponde Vassallo. Petrópolis: Vozes.

FOUCAULT, M. (1994). *Ditz et écrits: 1954-1988*. (Org.) Daniel Defert & François Ewald. Paris: Galimard.

FOUCAULT, M. (1996). *A ordem do discurso*. Trad. Laura Fraga de Almeida. São Paulo: Loyola.

FOUCAULT, M. (2000). *O que é um autor?* Trad. José A. Bragança, São Paulo: Paisagens.

FOUCAULT, M. (2002). *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.

Professor Associado IV, dos Programas de Pós-Graduação em Educação e Psicologia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, e Coordenador dos Grupos de Estudos/CNPq: “Estudos Acadêmicos nos Referenciais de Michel Foucault” e “Educação, Trabalho e Formação Profissional”.